

Interdependência, convergência e interoperabilidade

Por Cid Torquato

Na coluna deste mês, quero propor um elo conceitual entre as mensagens que mais me marcaram em três eventos distintos dessas últimas semanas.

Primeiramente, gostaria de chamar a atenção para a inauguração, pioneira e emblemática, do Instituto Fernando

Henrique Cardoso. A exemplo dos congêneres norte-americanos, nosso último ex-presidente criou um sofisticado think tank, reunindo sua obra e seu acervo para pesquisas, estudos e debates, sobre os principais temas públicos, nacionais e internacionais, de nossos tempos.

Embora tenha passado despercebido para a grande imprensa, a cerimônia de inauguração do iFHC teve como tônica e principal ponto de reflexão a questão da crescente interdependência entre as nações contemporâneas, seus problemas e os caminhos em busca de soluções para os conflitos da atualidade. Bill Clinton, em sua concorrida palestra, insistiu na necessidade de assimilarmos e empregarmos a noção de interdependência como única forma de lidarmos com a complexidade das relações públicas, políticas, econômicas e humanas nos dias de hoje.

Semanas mais tarde, na Unctad XI – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, realizada no Anhembi, a mais importante mensagem formulada e transmitida, a meu ver, foi a da convergência. Cerca de seis mil agentes públicos e privados, Ongs, representantes e delegados de todo o mundo, discutiram a urgência de trabalharmos, principalmente em nossos países em desenvolvimento, pela óbvia convergência de políticas e ações públicas, garantindo nexos programático e otimização dos limitados recursos humanos, econômicos e financeiros disponíveis.

Por último, destaco a crescente importância do Conip – Congresso

Nacional de Informática Pública, também realizado em São Paulo. Este ano, ainda sob minha ótica particular, a principal temática do evento foi a da interoperabilidade entre as iniciativas de governo eletrônico, dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário, e nos três níveis, federal, estadual e municipal, autarquias, empresas públicas, mistas e concessionárias em geral.

Parece banal a idéia de que os sistemas públicos deveriam “se falar” e compor um mesmo ecossistema tecnológico, interligado e interoperável. Porém, por falta de uma agenda nacional (e internacional), ora buscada pelo Ministério do Planejamento, a realidade em nosso país (como em muitos outros) é muito distinta. Nosso pseudofederalismo e a incrível criação de feudos político-administrativos, quase autônomos, dentro dos próprios governos, geram exatamente o oposto do desejável: desperdício, superposição e ineficiência.

Uma vez mais, quero deixar claro que minhas análises e eventuais críticas não devem ser vistas como um “acusismo” vazio sobre a possível inépcia de nossos agentes governamentais. Pelo contrário. Sempre insisto na responsabilidade crescente de nosso setor privado nesse complexo processo de pensar e gerir a máquina e os interesses públicos.

Para mim, esses conceitos fundamentais de interdependência, convergência e interoperabilidade só se tornarão realidade se abraçados e exigidos pela sociedade e pelo empresariado como um todo.



Foto: Eduardo de Souza

Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

 cid.torquato@camara-e.net